

MINUTA DE CONTRATO Nº/2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE VILHENA-RO**, E A EMPRESA
.....
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1177/2025).

Aos ... dias do mês de ... do ano de dois mil e vinte e cinco, o **MUNICÍPIO DE VILHENA**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 04.092.706/0001-81, com sede no Centro Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilella, s/n.º, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Flori Cordeiro de Miranda Junior**, brasileiro, solteiro, agente político, portador da Cédula de Identidade RG sob n.º 304253790 SSP/SP e CPF sob n.º 309.160.068-83, residente e domiciliado na cidade de Vilhena/RO, e, de outro lado,, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ n.º, com sede a Rua, na cidade de, daqui a diante simplesmente designada **CONTRATADA**, tendo como representante seu (sua)o (a) Sr. (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF sob n.º, residente na cidade de, e acordam na realização do presente Contrato, cuja celebração foi autorizada no Termo de Homologação de ordem n.º, do Processo Administrativo n.º 1177/2025 e licitado através do Edital de Pregão Eletrônico n.º 112/2025 – do tipo menor preço por lote - exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte (ME, EPP, MEI, EIRELI), nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações trazidas posteriormente pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014, devendo ser observados os direitos de preferência contemplados, Lei 14.133/2021, que foi recepcionada pelo Decreto 59.678/2023, 65.299/2025 e demais legislações aplicáveis, que regem também a forma prevista deste Contrato, nos termos da proposta, submetendo-se os contratantes, às seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea a; Art. 18 Inciso II; Art. 40 §1º Inciso I da Lei 14.133/2021)

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva em sistema de segurança do Abrigo da Criança e do Adolescente, visando reduzir vulnerabilidades, prevenir invasões e proteger o patrimônio público, além de otimizar recursos humanos e financeiros, em comparação com modelos tradicionais de vigilância presencial, em conformidade com o Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Análise de riscos, Nota de Empenho n.º/2025, proposta vencedora da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 112/2025, constantes no Processo Administrativo n.º 1177/2025, que, com seus anexos, ficam fazendo parte deste termo, independentemente de transcrição para todos os fins e efeitos legais.

1.2 A descrição pormenorizada do Objeto encontra-se descrita no item 6 do Termo de Referência.

2. FORMA, PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO (Art. 18 Inciso III; Art. 40, §1º, Inciso II da Lei 14.133/21)

2.1 A execução dos serviços dar-se-á sob o regime de prestação de serviços continuados com fornecimento em comodato, compreendendo instalação, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento remoto 24 (vinte e quatro) horas e patrulhamento tático de resposta, conforme as condições técnicas estabelecidas no Termo de Referência e nos documentos complementares do processo.

2.2 O prazo para instalação completa, configuração dos equipamentos, testes, geração de relatórios e entrega técnica será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura da Ordem de Serviço.

2.3 A vigência do serviço de monitoramento somente terá início após a conclusão integral da instalação, emissão do Termo de Recebimento Provisório e validação técnica pela fiscalização da SEMAS.

2.4 O prazo de monitoramento será de **12 (doze) meses**, contados exclusivamente a partir da data de início efetivo do monitoramento, e não da assinatura do contrato.

2.5 Durante o período de instalação, não haverá cobrança de mensalidade de monitoramento, sendo responsabilidade da contratada garantir a execução dentro do prazo estabelecido.

2.6 FORMA DE EXECUÇÃO

2.6.1 Os serviços deverão ser executados de forma integrada, ininterrupta e supervisionada, com o fornecimento, pela contratada, de todos os equipamentos, materiais e insumos necessários à operação do sistema de segurança eletrônica, incluindo:

- Sistema de alarme e sensores de intrusão;
- Central de choque e cerca elétrica, em conformidade com a ABNT NBR IEC 60335-2-76;
- Circuito fechado de TV (CFTV) com gravação de imagens e acesso remoto;
- Equipamentos de comunicação, fontes, cabeamento e infraestrutura de rede;
- Software de gerenciamento e acesso remoto das imagens e eventos;
- Sistema de rastreamento e despacho de viaturas para patrulha tática, com tempo máximo de resposta de até 15 (quinze) minutos a partir do acionamento.

2.6.2 A contratada será responsável pela instalação, configuração, calibração, integração e comissionamento de todos os equipamentos e sistemas, garantindo sua compatibilidade técnica (padrões ONVIF/RTSP) e pleno funcionamento durante toda a vigência contratual.

2.6.3 Durante a execução contratual, deverão ser realizadas manutenções preventivas mensais e corretivas imediatas, assegurando disponibilidade mínima de 95% dos sistemas, conforme indicadores estabelecidos na Análise de Riscos.

2.7 PRAZOS DE EXECUÇÃO

2.7.1 Início dos serviços: até 10 (dez) dias corridos após emissão da Ordem de Serviço;

2.7.2 Entrega do projeto executivo e ART/RRT: em até 15 (quinze) dias após a mobilização;

2.7.3 Prazo para instalação e comissionamento: até 30 (trinta) dias úteis contados da aprovação do projeto;

2.7.4 Prazo de vigência contratual: 12 (doze) meses, prorrogável nas hipóteses legais mediante justificativa técnica e vantajosidade.

2.7.5 Todos os serviços deverão ser acompanhados e atestados por servidor designado como Fiscal de Contrato, o qual poderá requisitar relatórios de manutenção, logs de monitoramento, registros de rondas e demais evidências de conformidade.

2.8 LOCAL DE EXECUÇÃO

2.8.1 Os serviços serão executados no Abrigo da Criança e do Adolescente, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, localizado em Vilhena/RO, conforme levantamento técnico constante no Estudo Técnico Preliminar.

3. CONDIÇÕES GERAIS

A contratada será integralmente responsável por:

- a) Custear transporte, instalação e comissionamento dos equipamentos;
- b) Garantir integridade dos cabos, sensores e módulos eletrônicos;
- c) Fornecer substituições imediatas de itens defeituosos sem custos adicionais;
- d) Manter equipe técnica capacitada e disponível 24h para atendimentos emergenciais; Cumprir rigorosamente as normas de segurança do trabalho e de segurança elétrica; Observar integralmente as normas da ABNT, as recomendações da Polícia Federal para sistemas de segurança eletrônica e demais regulamentos aplicáveis.
- e) A Administração poderá realizar vistoria técnica sempre que julgar necessário, podendo solicitar substituição de equipamentos ou ajustes de posicionamento para otimizar o desempenho do sistema.

4. DAS RESPONSABILIDADES

4.1 A Contratante é responsável por:

- 4.1.1** Garantir dotação orçamentária e empenho suficientes para suportar as despesas do contrato durante toda sua vigência;
- 4.1.2** Zelar pela observância dos princípios da economicidade, eficiência e legalidade, promovendo análise prévia das medições e notas fiscais antes da liquidação;
- 4.1.3** Assegurar que todos os pagamentos sejam realizados após o devido ateste técnico e dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência.
- 4.1.4** Manter arquivado, em meio físico e digital, todo o histórico do contrato, incluindo medições, relatórios de manutenção, comunicações e notificações.
- 4.1.5** Solicitar parecer jurídico e controle interno sempre que houver necessidade de alteração, prorrogação ou rescisão contratual.
- 4.1.6** Garantir transparência e publicidade dos atos relacionados à execução do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da legislação municipal.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 92 Inciso VII da Lei 14.133/21)

5.1 Concluída a execução, o recebimento será realizado mediante atesto do Gestor de Contrato, sendo:

- a) Provisório, quando cabível, para fins de verificação de conformidade técnica e testes de desempenho dos equipamentos;
- b) Definitivo, após a constatação da plena execução contratual e do funcionamento adequado de todos os sistemas, conforme previsto no §1º, inciso II, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

5.2 Nos casos de prestação de serviços continuados e sem fornecimento de bem permanente, o recebimento poderá ocorrer diretamente em caráter definitivo, desde que o ateste técnico comprove a conformidade e regularidade do objeto, nos termos do art. 141, §1º, inciso II, da referida Lei.

6. DO CONTRATO

Instrumento e conteúdo

6.1 A relação jurídica entre a Administração e a contratada será formalizada mediante instrumento contratual próprio, em conformidade com o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, que definirá as condições, prazos, responsabilidades, garantias, obrigações e penalidades aplicáveis à execução do objeto.

6.2 O contrato será celebrado após a homologação do certame e adjudicação do objeto à empresa vencedora, mediante assinatura das partes e publicação do extrato no órgão oficial.

6.3 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 3º da Instrução Normativa Conjunta nº 01/2024/CGM/PGM, será designado, por portaria específica, Gestor do Contrato, servidores efetivos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, responsáveis pelo acompanhamento, controle e ateste da execução contratual.

Vigência e prorrogação

6.4 Vigência de 12 meses; prorrogação somente nas hipóteses legais, mediante justificativa técnica e demonstração de vantajosidade para a Administração, observadas as normas orçamentárias e legais. Toda alteração será formalizada por termo aditivo motivado.

7. DO VALOR

O valor total para a prestação dos serviços, objeto deste termo é de **R\$** (.....).

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º Inciso XXIII Alínea j; Art. 92 Inciso VIII da Lei 14.133/2021):

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte programação: **R\$** (.....), da Unidade Orçamentária: 21.001 – FUMAS; Projeto atividade: 08.244.0072.2.241 – gestão da prestação de serviços eventuais; Natureza da despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Fonte de recursos - 25000000 - recursos não vinculados de impostos - exercícios anteriores.

9. PAGAMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 18 Inciso III e Art. 92; Capítulo X – Dos Pagamentos da lei 14.133/21)

9.1 Pagamento será mensal, condicionado ao cumprimento das obrigações contratuais e à comprovação documental exigida, mediante emissão de empenho e liquidação conforme regras orçamentárias. O pagamento será efetuado por transferência bancária em até 30 (trinta) dias corridos contados do ateste do recebimento e apresentação da documentação comprobatória.

Documentos condicionantes ao pagamento (mínimos)

9.2 Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) correspondente ao período/fatura;

9.3 Termo de Recebimento/Comissionamento ou Atestado do Fiscal do Contrato;

9.4 Relatório mensal de manutenção/ocorrências e comprovantes de rondas (quando aplicável);

9.5 Comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária (certidões exigidas no edital).

9.6 Retenções e glosas: pagamentos relativos a parcelas rejeitadas ou não atestadas poderão ser retidos até regularização. A Administração reserva-se o direito de exigir reparação, substituição, abatimento proporcional ou aplicar sanções quando constatados vícios ou não conformidades, mesmo após pagamento, se houver vício oculto comprovado.

9.7 Faturamento e empenho: faturamento por parcela/mês, com emissão de empenho global; todos os pagamentos dependem de prévia existência de dotação orçamentária e empenho.

10. DO REAJUSTE CONTRATUAL

10.1 Periodicidade

10.1.1 Reajuste anual, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses entre reajustes, contados da assinatura do contrato.

a) O Reajuste dos valores contratual terá como data base o orçamento estimado conforme o §7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;

b) Deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste;

c) O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de sua extinção, outro que venha lhe suceder.

10.2 Revisão/Repactuação extraordinária

10.2.1 Admitir repactuação ou revisão por onerosidade excessiva apenas mediante comprovação documental (notas fiscais, contratos de insumos, pesquisas de mercado), análise jurídica e financeira da Administração e formalização por termo aditivo; vedada revisão por má gestão do contratado.

10.3 Procedimento

10.3.1 Pedido fundamentado pelo contratado com antecedência mínima de 30 dias; análise da Administração em até 30 dias; homologação mediante termo aditivo.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92, Inciso XIV da Lei 14.133/21)

11.1 A contratada obriga-se a executar os serviços e fornecer os equipamentos objeto do Termo de Referência com observância das normas técnicas vigentes, especificações contratuais, prazos estabelecidos e determinações da fiscalização, respondendo integralmente pela perfeita execução do contrato.

11.2 Executar os serviços conforme o cronograma aprovado, assegurando o pleno funcionamento e a continuidade operacional do sistema de segurança eletrônica durante toda a vigência contratual.

11.3 Manter equipe técnica habilitada, com profissionais registrados no CREA/CAU, garantindo que toda instalação e manutenção sejam acompanhadas por responsável técnico com ART ou RRT devidamente emitida;

11.4 Fornecer todos os equipamentos, componentes, cabos, sensores, câmeras, DVR/NVR, software e acessórios necessários, em regime de comodato, incluindo substituições, sem ônus adicional;

11.5 Cumprir as normas da ABNT NBR IEC 60335-2-76 (energizadores de cerca elétrica) e demais legislações correlatas, especialmente no que se refere à limitação de energia e segurança elétrica.

11.6 Assegurar que os sistemas de gravação e monitoramento sejam compatíveis com protocolos padrão (ONVIF/RTSP) e permitam acesso remoto em tempo real.

11.7 Garantir tempo máximo de resposta de 15 (quinze) minutos para deslocamento da patrulha tática em casos de acionamento de alarme.

11.8 Executar manutenções preventivas mensais e corretivas imediatas sempre que houver falhas ou alertas do sistema.

11.9 Substituir de forma imediata qualquer equipamento defeituoso, sem interrupção do serviço e sem custo adicional.

11.10 Manter os equipamentos instalados limpos, organizados e em perfeito estado de conservação, zelando pela estética e segurança das instalações públicas.

11.11 Disponibilizar relatórios mensais detalhados contendo: lista de manutenções realizadas e peças substituídas; registro de alarmes, chamados e rondas; tempo de resposta operacional e ocorrências críticas; evidências (fotos, logs e capturas de tela do sistema).

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92, Inciso XIV da lei 14.133/2021)

12.1 Designar formalmente o gestor e o fiscal do Contrato, observando a capacitação e atribuições definidas na IN Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM.

12.2 Fornecer à contratada as informações e condições necessárias ao início e à continuidade da execução contratual, incluindo autorização de acesso ao local, energia elétrica e infraestrutura mínima.

12.3 Acompanhar, supervisionar e registrar todas as etapas de execução dos serviços e do fornecimento de equipamentos.

12.4 Analisar e validar os relatórios mensais apresentados pela contratada, especialmente quanto à disponibilidade operacional, rondas e manutenção preventiva.

12.5 Promover, quando necessário, reuniões de acompanhamento técnico com a contratada para ajustes e alinhamentos operacionais.

12.6 Verificar o cumprimento das cláusulas contratuais, aplicando, quando cabível, advertências, glosas ou penalidades nos termos da legislação.

12.7 Atestar a execução dos serviços para fins de liquidação e pagamento, após conferência técnica e documental.

12.8 Comunicar a Procuradoria Geral quaisquer irregularidades ou descumprimentos relevantes observados na execução contratual.

12.9 Adotar as medidas administrativas e disciplinares cabíveis em caso de omissão ou negligência por parte dos responsáveis pela fiscalização.

13. DAS RETENÇÕES

13.1 O contratante reterá, na fonte imposto de renda, nos termos da instrução normativa nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação da prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade conforme a instrução normativa nº 2145, de 26 de junho de 2023.

13.2 As hipóteses de retenção na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012.

13.3 As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988, devendo a contratada observar a IN RFB nº 1234/2012 quando do envio dos documentos fiscais.

14. DO CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 8.213 DE 1991 E DECRETO FEDERAL Nº 9.579/2018

14.1 A contratada deve cumprir a cota de contratação de aprendizes conforme o artigo 51 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

14.2 A contratada deve cumprir a cota de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social conforme o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213 de 1991.

14.3 A contratante fiscalizará o cumprimento da cota de contratação de aprendizes conforme o artigo 51 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 e da cota de pessoas com

deficiência e reabilitados da Previdência Social conforme o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213 de 1991.

15. DAS PENALIDADES

15.1 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156 da Lei nº 14.133/2021):

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, §1º da Lei nº. 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública.

15.4 A sanção prevista na alínea a do item 15.2 deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea a do item 15.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º da Lei nº. 14.133/21).

15.5 A sanção estabelecida na alínea b do item 15.2 deste Instrumento, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº. 14.133/2021.

15.6 A sanção prevista na alínea c do Item 15.2 deste Instrumento, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.7 A sanção prevista na alínea d do Item 15.2 deste Instrumento, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do mesmo artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.8 A sanção estabelecida alínea d do Item 15.2 deste Instrumento será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra:

15.8.1 quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal;

15.9 As sanções previstas nas alíneas a, c e d do Item 15.2 deste Instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea a do mesmo item.

15.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.11 A aplicação das sanções previstas no item 15.2 deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.12 Na aplicação da sanção prevista na alínea b do Item 15.2 deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157 da Lei nº. 14.133/21).

15.13 A aplicação das sanções previstas na alínea c e d do item 15.2 deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.14 Os atos previstos como infrações administrativas da Lei nº. 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

16. DA GARANTIA (Art. 40 § 1º Inciso III da Lei 14.133/21)

16.1 A contratada deverá assegurar garantia integral de funcionamento e desempenho dos equipamentos, materiais e serviços prestados durante todo o período de vigência contratual, observando-se os prazos mínimos e condições estabelecidas no Termo de Referência e na legislação vigente.

Garantia contratual de execução

16.2 Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser exigida garantia de execução contratual, fixada no percentual de até 1% (um por cento) do valor total do contrato, a ser apresentada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura contratual.

16.3 A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

16.4 A escolha da modalidade caberá à contratada, devendo o instrumento ser válido por todo o período de vigência contratual, com renovação obrigatória quando houver prorrogação do contrato. O valor da garantia poderá ser utilizado, parcial ou integralmente, pela Administração para ressarcir prejuízos decorrentes de inexecução parcial ou total, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas.

Garantia técnica dos equipamentos e serviços

16.5 A contratada deverá assegurar garantia técnica mínima de 12 (doze) meses sobre todos os equipamentos, dispositivos e componentes instalados, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, cobrindo eventuais defeitos de fabricação, mau funcionamento, falhas elétricas ou eletrônicas e desgaste prematuro. Durante o período de garantia, a contratada obriga-se a:

16.5.1 Substituir, sem ônus adicional, quaisquer equipamentos, peças ou componentes que apresentem defeitos;

16.5.2 Executar correções, ajustes ou reinstalações necessárias para manter o pleno funcionamento do sistema;

16.5.3 Prestar suporte técnico presencial ou remoto em até 24 (vinte e quatro) horas após o chamado formal do fiscal do contrato;

16.5.4 Manter disponíveis peças de reposição compatíveis e originais;

16.5.5 Assegurar que todas as intervenções sejam registradas em relatório técnico assinado por profissional habilitado, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou RRT.

Garantia de Desempenho Operacional

16.6 Durante a vigência contratual, o sistema deverá apresentar índice mínimo de disponibilidade de 95% (noventa e cinco por cento), medido com base nos relatórios de monitoramento, registros de manutenção e logs do sistema. O não atendimento a este índice por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos poderá ensejar a aplicação de glosa proporcional no pagamento ou em caso de reincidência, a rescisão contratual motivada, conforme previsto no item 11 do Termo de Referência.

Recebimento e validação da garantia

16.7 A contagem do prazo de garantia técnica e contratual terá início a partir da data do recebimento definitivo do objeto, conforme ateste emitido pelo Fiscal do Contrato.

16.8 O instrumento de garantia deverá ser conferido e validado pela unidade de controle interno da SEMAS, observando as disposições da Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM e demais normas municipais de gestão de contratos.

17. DO ACRÉSCIMO E REDUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATANTE reserva-se no direito de acrescentar ou suprimir o quantitativo da contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato na forma do disposto no artigo 125 da lei federal nº 14.133 de 2021, devendo acordar com a CONTRATADA, preliminarmente, as novas bases do contrato, quando tratar-se de redução superior a 25% (vinte e cinco por cento).

18. DA RESCISÃO DO CONTRATO

18.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento administrativo.

18.2 Constituem motivos para rescisão do contrato, no que couberem, as hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133 de 2021.

18.3 A rescisão contratual poderá ocorrer nas condições e formas previstas no artigo 138 da Lei 14.133 e suas alterações.

19. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

20. DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato (ou equivalente) por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

21. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

21.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada na função de gestora pela servidora Dirce Aparecida da Silva, matrícula 5186, sendo formalmente designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, através de portaria específica e publicada no momento oportuno conforme determina o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM, observando-se as seguintes diretrizes:

21.1.2 Fiscalização administrativa e técnica

21.1.2.1 A fiscalização do contrato ocorrerá sob duas vertentes:

a) Administrativa: a cargo do Gestor do Contrato, responsável pelo acompanhamento geral da execução, pela verificação do cumprimento das cláusulas contratuais, e pela adoção de providências cabíveis em caso de irregularidades.

b) Técnica: exercida pelo fiscal de contrato ou comissão designada, com competência para inspecionar os serviços, aferir a conformidade técnica, emitir relatórios de vistoria, validar medições, e atestar a execução para fins de liquidação e pagamento. A designação do Gestor e do Fiscal será formalizada por portaria própria, conforme previsto na IN nº 01/2024/CGM/PGM, com ciência expressa à contratada.

21.1.3 Acompanhamento e Relatórios

Durante a vigência contratual, deverão ser elaborados relatórios mensais de acompanhamento, contendo:

Situação operacional dos sistemas de segurança e monitoramento;

Ocorrências de falhas, substituições e manutenções realizadas;

Chamados emergenciais e tempo de resposta da patrulha tática;

Evidências de monitoramento remoto e registros de vídeo;

Parecer técnico conclusivo do Fiscal quanto à conformidade da execução.

Os relatórios serão encaminhados à autoridade competente para ciência e providências administrativas, devendo integrar o processo físico ou eletrônico do contrato.

21.1.4 Controle interno e auditoria

21.1.4.1 O acompanhamento das etapas de liquidação e pagamento observará o disposto nos arts. 19 a 25 da IN Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM, com registro de todas as medições e notas fiscais devidamente atestadas.

22. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Fica este Contrato vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº 112/2025, e a proposta de preços constante no Processo Administrativo n.º 1177/2025, bem como as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, cujas disposições integram este instrumento.

23. DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, o Município providenciará a publicação, em resumo do presente Contrato.

24. DOS TRIBUTOS E DESPESAS

Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

25. DO FORO (art. 92, § 1º)

O foro do presente Termo será o da Comarca de Vilhena (RO), excluído qualquer outro. E por estarem de acordo é registrado o Extrato do presente Contrato à fl. do livro 001 - Vol. I, da Procuradoria Geral do Município desta Prefeitura, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes CONTRATANTES e por duas testemunhas que a tudo assistiram, sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias.

Vilhena, de de 2025.

PELO MUNICÍPIO

PELA CONTRATADA

Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO MUNICIPAL

.....
.....

.....
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

Visto:

.....
PROCURADOR MUNICIPAL